

Projeto Somar y la privatización de la gestión de la educación pública en el estado de Minas Gerais, Brasil

Lara Cristina Evaristo Rodrigues

laraevaristo2@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-4903-9574>

Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Uberlândia, Brasil.

Vilma Aparecida de Souza

vilmasouza@ufu.br

<https://orcid.org/0000-0001-9420-0908>

Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Uberlândia, Brasil.

Recebido: 31/03/2023 **Aceito:** 10/04/2023

Resumen

Este artículo investiga el Proyecto Somar [Projeto Somar] como parte de los programas y acciones implementados en el campo de la educación durante la administración del gobernador Romeu Zema (2019-2022) en el estado de Minas Gerais, Brasil. El estudio es el resultado de una investigación dirigida a analizar la propuesta del Proyecto Somar, una política que prevé la gestión compartida en escuelas secundarias a través de asociaciones con organizaciones sociales privadas en la red estatal en Minas Gerais, Brasil, y su relación con la privatización y el avance del capital sobre la educación pública. En términos de procedimientos metodológicos, se llevó a cabo una investigación documental para buscar datos sobre el Proyecto Somar en los documentos oficiales del gobierno de Romeu Zema y en la Secretaría Estatal de Educación de Minas Gerais. Además de la investigación documental, se realizaron entrevistas a docentes que trabajaban en las tres escuelas seleccionadas para la implementación del Proyecto Somar. Como resultado, el análisis del Proyecto Somar muestra que esta experiencia representa una fuerte estrategia para el avance de la privatización de la educación en Minas Gerais. Los datos y el análisis muestran que este modelo de gestión compartida es un medio de debilitar la educación pública, devaluando a los educadores y representa un primer paso hacia la privatización y desresponsabilización del gobierno estatal sobre la educación. Además, ataca la carrera docente de varias formas, ya sea mediante la reubicación de los funcionarios públicos o mediante el contrato temporal de docentes bajo el régimen de Consolidación de las Leyes del Trabajo [CLT]. En todos los casos, la profesión docente se convierte en rehén de los intereses de la reforma empresarial.

Palabras clave: Educación. Privatización. Proyecto Somar. Gestión de la educación. Trabajo docente.

Projeto Somar e a privatização da gestão da educação pública no estado de Minas Gerais, Brasil

Resumo

O presente artigo tem como objeto de investigação o Projeto Somar, como parte dos programas e ações implementadas na área da educação na gestão do governador Romeu Zema (2019-2022) no estado de Minas Gerais, Brasil. O estudo é resultado de uma pesquisa que teve como objetivo analisar a proposta do Projeto Somar, política que prevê a gestão compartilhada em escolas do ensino médio, por meio de parcerias com organizações sociais privadas na rede estadual em

Minas Gerais, Brasil, e sua relação com a privatização e o avanço do capital sobre a educação pública. Em relação aos procedimentos metodológicos, realizou-se uma pesquisa documental com o intuito de buscar, nos documentos oficiais do governo Romeu Zema e na Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais, dados sobre o Projeto Somar. Além da pesquisa documental, foi utilizada a entrevista com professores que atuavam nas três escolas mineiras selecionadas para a implementação do Projeto Somar. Como resultados, as análises acerca do Projeto Somar mostram que essa experiência representa uma forte estratégia para o avanço da privatização da educação mineira. Os dados e análises mostram que esse modelo de gestão compartilhada se apresenta como um meio de enfraquecer a educação pública e de desvalorizar os educadores, além de representar um primeiro passo do projeto de privatização e de desresponsabilização do governo estadual sobre a educação. Além disso, ataca a carreira docente de várias formas, seja pelo remanejamento de servidores ou pelo contrato temporário de professores pelo regime CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Em todos os casos, a categoria se torna refém dos interesses da reforma empresarial.

Palavras-chave: Educação. Privatização. Projeto Somar. Gestão da educação. Trabalho docente.

Project Somar and the privatization of public education management in the state of Minas Gerais, Brazil

Abstract

This article investigates Project Somar [Projeto Somar] as part of the programs and actions implemented in the field of education during Governor Romeu Zema's administration (2019-2022) in the state of Minas Gerais, Brazil. The study is the result of research aimed at analyzing the proposal of Project Somar, a policy that provides for shared management in high schools through partnerships with private social organizations in the state network in Minas Gerais, Brazil, and its relationship with the privatization and advancement of capital over public education. In terms of methodological procedures, documentary research was carried out to search for data on Project Somar in the official documents of the Romeu Zema government and the State Department of Education in Minas Gerais. In addition to documentary research, interviews were conducted with teachers who worked in the three selected schools for the implementation of Project Somar. As a result, the analysis of Project Somar shows that this experience represents a strong strategy for the advancement of the privatization of education in Minas Gerais. The data and analysis show that this shared management model is a means of weakening public education, devaluing educators, and represents a first step towards the privatization and disresponsibilization of the state government over education. In addition, it attacks the teaching career in several ways, either through the relocation of public servants or through the temporary contract of teachers under the Labor Code [CLT] regime. In all cases, the teaching profession becomes hostage to the interests of the corporate reform.

Keywords: Education. Privatization. Project Somar. Education management. Teaching work.

Introdução

O presente artigo tem como objeto de investigação o Projeto Somar, inserido no rol de programas e ações implementadas na área da educação na gestão do governador de Romeu Zema (2019-2022) no estado de Minas Gerais, Brasil. O objetivo é analisar a proposta do Projeto Somar, política que prevê a gestão compartilhada de escolas do ensino médio por meio

de parcerias com organizações sociais privadas na rede estadual de Minas Gerais, Brasil, e sua relação com a privatização e avanço do capital sobre a educação pública.

Considerando as políticas educacionais na educação básica brasileira que envolvem a relação entre o público e o privado, é possível constatar um movimento de privatização do público de várias formas: na concessão das escolas para o setor privado por meio da gestão compartilhada; nas parcerias com organizações sociais com ou sem fins lucrativos; ou na reorganização da escola pública no qual o privado define o currículo e a gestão das escolas (FONTES, 2018). Esse processo de relacionamento entre os setores público e privado é uma parte constitutiva das mudanças sociais e econômicas que vêm fortalecendo a mercadorização do ensino, movimento que beneficia apenas uma das partes: o setor privado.

À medida que as políticas neoliberais e o capitalismo avançam atualmente no meio internacional, os processos de privatização da educação têm assumido diversas facetas no Brasil. No estado de Minas Gerais, Brasil, o efeito não tem sido diferente. Este estado, historicamente, tem vivenciado governos que prezam pelas privatizações como justificativa de que isso diminuiria os gastos dos cofres públicos.

Em consonância com essa lógica, no pleito de 2018, o candidato Romeu Zema apresenta o plano de governo intitulado “Liberdade Ainda que Tardia”, documento que aponta forte crítica ao “excesso” de Estado e defende que a atuação deste deve ser mínima, apresentando como proposta de gestão a “parceria” com o mercado, indicando que as “políticas de *vouchers*, cooperativas de professores e bolsas de estudos via créditos fiscais, seriam boas alternativas para tornar as escolas privadas mais acessíveis” (NOVO, 2018, p. 35).

A candidatura de Romeu Zema ao cargo de governador do estado de Minas Gerais é marcada pela defesa de princípios neoliberais, como a defesa da privatização para a melhora na prestação de serviços, diminuição dos gastos sociais e ataque às empresas estatais, como explícito no Plano de Governo:

Tornar empresas públicas mais eficientes e menos estatais. Como o processo de desestatização será um processo gradual e democrático, haverá empresas estatais que não serão privatizadas num primeiro momento. Para essas que se mantiverem sob o controle público, haverá abertura para aporte de capital privado, serão criados conselhos independentes, com possível presença de uma “golden share”, preservando que decisões estratégicas sejam tomadas considerando a opinião do governo. Isso irá melhorar o perfil de risco financeiro da empresa e evitará que o governo apoie necessidades financeiras ou retire recursos da companhia. O objetivo é que, mesmo ainda com parcela de controle público, as empresas iniciem um processo de desestatização (NOVO, 2018, p. 22).

Segundo o plano de governo, o processo de desestatização é compreendido como mecanismo de privatização da máquina estatal, que deve passar a operar segundo a lógica do

mercado. Com isso, o plano de governo anuncia como ponto de partida, antes da privatização, que a gestão das estatais seja feita como uma empresa no mercado, sendo incentivadas as parcerias com o setor privado como saída da crise financeira. Com isso, assiste-se a um ataque ao modo de funcionamento da máquina estatal e em defesa da transferência das funções estatais para o mercado. Vale destacar que esse receituário remonta às reformas dos anos de 1990, que propunham “menos Estado e mais mercado”, sendo no contexto do governo Zema explicitadas com maior ênfase e sem reservas.

Em consonância com as diretrizes estratégicas de “desenvolver projetos pilotos inovadores para fomentar potenciais parcerias com o setor privado” (MINAS GERAIS, 2019, p. 65), no fim do ano de 2020 a Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais (SEE-MG) anuncia o lançamento do projeto piloto intitulado Projeto Somar, cujo principal objetivo seria compartilhar a gestão da escola pública com empresas privadas, com o argumento de melhorar a qualidade da educação de escolas que apresentavam baixos índices de desempenho nas avaliações externas.

Considerando esse panorama, a partir de inquietações provocadas pelas insistentes interferências do setor privado na educação pública e no resultado que esse processo pode gerar para a escola pública de qualidade, a pesquisa tem como objeto de investigação o Projeto Somar que foi implementado em três escolas estaduais mineiras. Considerando esse recorte, o presente artigo apresenta dados de uma pesquisa que analisou a experiência do Projeto Somar, a fim de identificar formas de empresariamento e o avanço do capital sobre o público e seus desdobramentos na gestão e no trabalho docente, a partir dos depoimentos de sujeitos envolvidos. A partir dessa delimitação, destaca-se como problemática: quais as implicações da privatização sobre a educação pública mineira, tomando como foco a experiência do Projeto Somar? Essa problemática compreende os seguintes eixos: a) participação/interlocução do sindicato e das escolas na elaboração e implementação do Projeto Somar; b) impactos no trabalho docente; e c) resistências ao Projeto Somar.

1. Metodologia

Em relação aos procedimentos metodológicos, optou-se pela abordagem qualitativa para melhor compreensão dos processos que permeiam os contextos das políticas educacionais, uma vez que tal enfoque oferece um conjunto de possibilidades para estudos de problemas em educação, ampliando as perspectivas de análise e permitindo uma visão ampla das realidades investigadas. A partir dessa abordagem foi realizada uma pesquisa bibliográfica, com a

finalidade de realizar o aprofundamento do referencial teórico que embasou a pesquisa e as posteriores análises dos dados levantados.

No segundo momento, realizou-se uma pesquisa documental com o intuito de buscar, nos documentos oficiais do governo Romeu Zema e na SEE-MG, dados sobre o Projeto Somar e as parcerias com o setor privado na pasta da educação. Para o desenvolvimento dessa pesquisa, muitos documentos foram analisados, tendo como recorte o Projeto Somar. O corpus documental dessa pesquisa contou com os seguintes documentos: Plano de Governo de Romeu Zema “Liberdade Ainda Que Tardia”; Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI); e publicações e documentos sobre o Projeto Somar (*cards*, editais e cartilhas) expedidos pela SEE-MG, no período de 2019 a 2022.

Além da pesquisa documental, para investigar o processo de implantação do Projeto Somar foi utilizada a entrevista com dois professores de cada uma das três escolas participantes deste projeto que, para fins de sigilo, não foram identificados neste relatório. Por meio destas entrevistas buscou-se entender como se materializa a relação entre o público e o privado na educação, neste período particular do governo de Romeu Zema, no estado de Minas Gerais, enquanto movimento que se efetiva na realidade social com muitas contradições, através de sujeitos e processos.

Considerando o contexto pandêmico, as entrevistas foram realizadas remotamente pela plataforma Conferência Web (<https://conferenciaweb.rnp.br/>). As entrevistas foram gravadas com o consentimento prévio dos professores, com o objetivo de registrar e possibilitar a transcrição literal do conteúdo coletado. A seguir, o quadro de participantes da pesquisa:

Quadro 1 – Participantes da pesquisa

Participantes		Tempo de atuação na escola	Formação	Regime de contratação
E s c o l a A	Professor 1	2 anos	Superior completo com licenciatura em Física	Contrato
	Professor 2	10 anos	Superior completo com licenciatura em Letras e pós-graduação lato sensu	Efetivo
E s c o l a B	Professor 1	4 anos	Superior completo com licenciatura em Matemática e pós-graduação lato sensu	Efetivo
	Professor 2	8 anos	Superior completo com licenciatura em Matemática e pós-graduação lato sensu	Efetivo
E s c o l a C	Professor 1	9 anos	Superior completo com licenciatura em Educação Física e pós-graduação lato sensu	Efetivo
	Professor 2	8 anos	Superior completo com licenciatura em Letras e pós-graduação stricto sensu	Efetivo

Fonte: Elaboração própria (2022).

2. Análises e Resultados

Nessa seção analisa-se a experiência do Projeto Somar, a fim de identificar formas de empresariamento e o avanço do capital sobre o público e seus desdobramentos na gestão da escola, a partir dos depoimentos de sujeitos envolvidos. Almeja-se que a presente análise possa oferecer elementos importantes para a compreensão da política educacional mineira, contribuindo com o *start* de outras problematizações para novas investigações.

2.1 O Projeto Somar

Em 28 de abril de 2021 a gestão do governo Romeu Zema (NOVO) apresentou o Projeto Somar no site da SEE-MG, sendo lançado oficialmente em maio de 2021 no Diário Oficial do estado de Minas Gerais, durante a pandemia do Covid-19. Este projeto é apresentado com o discurso de “compartilhar” a gestão das escolas públicas com Organizações da Sociedade Civil (OSC), com o objetivo de “melhorar os índices educacionais e gastar menos” (NOVO, 2018; MINAS GERAIS, 2019). Um dos argumentos para sustentar esse Projeto consta no plano de governo de Romeu Zema: “Atualmente, o estado monopoliza vários serviços públicos que não

precisam, necessariamente, ser oferecidos diretamente pelo estado. No entanto, o governo não consegue ser eficiente para responder, com sua própria estrutura, às inúmeras demandas da população” (NOVO, 2018, p. 16).

Segundo essa lógica, o Estado gastaria menos com concursos, servidores, merenda escolar, estrutura da escola, dentre outros aspectos, e a “gestão compartilhada” com empresas privadas conseguiria gerir melhor as escolas públicas.

De acordo com outras informações encontradas no site da SEE-/MG, o Projeto Somar está amparado pela legislação nacional e estadual, mais especificamente a Lei Federal 13.019 de 31 de julho de 2014 e o Decreto Estadual 47.132 de 20 de janeiro de 2017, que regulamenta, em seu artigo 1º “as parcerias celebradas entre a administração pública do Poder Executivo estadual e as organizações da sociedade civil – OSCs, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco e a execução de atividades ou de projetos” (MINAS GERAIS, 2017).

Segundo o discurso do Governo do Estado, com o Projeto Somar haveria a melhoria da qualidade do ensino a partir de um novo modelo de gestão, buscando diferentes estratégias para a implementação do Novo Ensino Médio (NEM), por meio da gestão compartilhada com OSCs.

Analisando os pressupostos teóricos presentes nessa proposta, vale destacar o conceito de “gestão compartilhada” anunciado no Projeto Somar. Lima, Prado e Shimamoto (2011), em estudo sobre os modelos de gestão escolar democrática, compartilhada e gerencial, bem como os contextos de constituição sócio-históricos e políticos de tais conceitos, destacam as diferenças entre tais concepções. Nesse estudo, os autores afirmam que as políticas públicas apresentam propostas de gestão escolar por meio de um discurso democrático que cria uma mentalidade no qual gestão democrática iguala-se à gestão compartilhada. No entanto, essa miscelânea de conceitos muitas vezes carrega de forma implícita intenções que acabam por reduzir o papel político da comunidade escolar, legitimando e fortalecendo uma gestão gerencial. A proposta de “gestão compartilhada” apresentada no Projeto Somar traz em sua essência uma prática política contraditória em relação à prática democratizadora. Contraditória porque, na verdade, ao propor uma “gestão compartilhada com OSCs”, acaba não compartilhando o poder de decisão com a comunidade escolar, mas fazendo prevalecer os interesses das entidades privadas.

O conceito de gestão compartilhada tem sua implementação na década de 1990, na esteira do discurso oficial de que a intervenção estatal é anti produtiva e a causa da crise fiscal no Estado, e que se superaria essa crise seria por meio do livre mercado, da competição e o do

individualismo, a fim de reduzir as funções relacionadas ao Estado de Bem-estar Social. Nesse discurso, a “implementação de um modelo de gestão que coaduna com essa ótica, é denominada de gestão compartilhada que, embora [...] assuma um caráter democrático, esvazia a possibilidade de participação política no interior da escola” (LIMA; PRADO; SHIMAMOTO, 2011, p. 9). Nesse sentido, essa proposta de gestão compartilhada anunciada pelo Projeto Somar não fortalece a gestão democrática, mas abre espaço para privatização, já que o Estado acaba se eximindo de suas responsabilidades e privatizando a gestão da escola pública. Por fim, o tipo de “gestão compartilhada” proposta pelo Projeto Somar oferece a possibilidade de relações institucionais entre Estado e entidades privadas, atuando como mecanismo de incentivo à privatização da gestão pública (ADRIÃO, 2018).

A princípio, o Projeto Somar sinaliza para a adesão de três escolas, como uma experiência piloto, sendo que, segundo informações que constam no site da SEE-MG, trata-se de escolas que têm altas taxas de evasão e baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Apesar da primeira fase acontecer em pequena escala, o Edital do Projeto Somar prevê uma parceria entre o Estado e a OSC por 53 meses, mas sinaliza que pode se estender caso a SEE-MG entenda que os resultados foram satisfatórios; ou seja, o interesse demonstrado é que, com o tempo, e a partir dos resultados apresentados, o projeto seja universalizado para outras escolas em todo o Estado.

No site oficial da SEE-MG estão disponíveis várias publicações e documentos referentes ao Projeto Somar que começaram a ser divulgados entre abril e maio de 2021. No site consta também um *card* afirmando que o objetivo do Projeto é “a melhoria da qualidade do ensino a partir de um novo modelo de gestão, buscando diferentes estratégias para a implementação do Novo Ensino Médio, mais aberto ao pluralismo de ideias e concepções pedagógicas” (MINAS GERAIS, 2021a).

Esse *card* já explicita um compromisso com a implementação da reforma do NEM, instituída pela Lei n. 13.415/2017. Esse compromisso do Projeto Somar com a reforma do NEM acaba contribuindo para a legitimação de decisões não respaldadas pelas comunidades escolares e esvaziam as críticas ao NEM que foram feitas por escolas, sindicatos e movimentos em defesa da educação pública. Sobre o NEM, vale destacar que

O NEM aprofunda a fragmentação do ensino médio, expulsa setores da população jovem da educação básica, superficializa a formação escolar, intensifica drasticamente o trabalho docente, barateia a qualificação profissional da juventude, cria novas barreiras para o acesso ao ensino superior público – prejudicando especialmente estudantes que sempre tiveram as piores condições de escolarização –, e estabelece estruturas articuladas de privatização da educação, sobretudo com a ampliação do

ensino a distância. É a reforma antipovo por excelência: aquela que oferece menos escola para quem mais precisa de escola (CÁSSIO; GOULART, 2022, p. 290).

Essa reforma do ensino médio tem sua base sustentada na pedagogia das competências, na lógica da empregabilidade e do empreendedorismo, apresentando a falácia de que jovens de baixa renda necessitam trabalhar desde cedo para manter a família. Na verdade, tal reforma reforça o histórico descaso pela educação da classe trabalhadora.

No site da SEE-MG consta uma aba onde são publicados editais e cartilhas com informações sobre o Projeto Somar, tais como:

1. O que é? - Iniciativa de Gestão Compartilhada de escolas de Ensino Médio da Rede Pública Estadual de Ensino em parceria com Organização da Sociedade Civil sem fins lucrativos.
2. Ensino de qualidade em foco - Novo modelo de gestão com diferentes estratégias para implantação do Novo Ensino Médio, buscando elevar a qualidade do ensino e possibilitando novas oportunidades aos jovens mineiros.
3. Gestão compartilhada na prática - A Associação CETEB (Associação do Centro de Educação Tecnológica do Estado da Bahia) concorreu com mais três instituições por meio de edital e obteve a melhor proposta dentro dos critérios para gerenciar, por um período de quatro anos, as três escolas que integram o Projeto SOMAR.
4. Acompanhamento do projeto - Para acompanhar o projeto, foram instituídas Comissões de Monitoramento Central e Regional pela SEE-MG. No modelo de governança do projeto, os diretores das escolas são servidores estaduais selecionados por meio de edital público. Indicadores de desempenho são medidos semestral e anualmente.
5. Indicadores de desempenho - Carga horária executada (curricular e extra); percentual de estudantes que participaram das avaliações de rede realizadas pela SEE e das avaliações externas (PROEB e SAEB); atualização tempestiva dos sistemas de informação, entre outros.
6. A escola é gratuita e pública - As escolas que fazem parte do Projeto SOMAR continuam fazendo parte da Rede Estadual de Ensino, com matrículas sob a gestão da SEE-MG. A Escola é Gratuita e Pública. As diretrizes pedagógicas do projeto são cumpridas com base no Currículo Referência do Ensino Médio e no calendário escolar da Rede (MINAS GERAIS, 2021a, p. 3-8).

Nessas informações são apresentadas as diretrizes do Projeto Somar, apresentando de forma explícita a gestão de escolas de Ensino Médio em parceria com OSC sem fins lucrativos, tendo como justificativa elevar a qualidade do ensino e possibilidade de “oportunidades” aos jovens mineiros. Eles demonstram que há uma tentativa de convencimento sobre a perspectiva de privatização da gestão da escola pública mineira e utilizam-se de alguns elementos que levam a sociedade a acreditar que está sendo desenvolvida uma gestão democrática, pois, nessa proposta de gestão, os diretores das escolas serão selecionados por meio de edital público.

Menciona-se também que para o acompanhamento do projeto foram criadas Comissões de Monitoramento Central e Regional pela SEE-MG, tendo como indicadores de desempenho:

carga horária executada, percentual de estudantes que participaram das avaliações de rede realizadas pela SEE e das avaliações externas (PROEB e SAEB), dentre outros.

De acordo com o Governo do Estado, as escolas participantes da proposta permanecem públicas e gratuitas. A partir das informações nos editais do Projeto, publicados em maio de 2021, entende-se que todos os bens das escolas, móveis e imóveis, continuam sendo pertencentes ao Estado e as matrículas continuam seguindo o mesmo trâmite estipulado pela Secretaria de Educação. Além disso, é citado que todos os servidores das três escolas deveriam ser removidos até o final do ano de 2021, ficando apenas diretores, vice-diretores e profissionais que atuam na secretaria escolar, de forma temporária, sendo opção da organização social mantê-los ou não nas escolas.

Essa definição causou indignação em toda a classe da educação e foram realizadas reuniões que foram convocadas pelos profissionais das escolas e o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE), para construir ações que auxiliassem na suspensão do projeto, chamando a atenção para os prejuízos que causaria aos profissionais, além da precarização da educação pública e o ataque à autonomia das escolas. A SEE-MG anunciou que o Projeto Somar seguiria em andamento por meio do lançamento de três editais (nº 4/2021, nº 5/2021 e nº 6/2021), em maio de 2021, para a seleção de organizações sociais que ficariam responsáveis pela gestão compartilhada das instituições. A partir desses editais, foi selecionado, para assumir a gestão das três escolas, o Centro de Educação Tecnológica do Estado da Bahia (CETEB), uma Organização Social da Sociedade Civil com sede em Feira de Santana, no estado da Bahia. Vale destacar que em reunião extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia na 4ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 16/3/2022, foi aprovado o requerimento nº 11.765/2022, de autoria da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à SEE-MG:

pedido de providências para que seja regularizado em caráter de urgência o pagamento da remuneração mensal, do vale-transporte e das demais verbas trabalhistas devidas aos trabalhadores que atuam nas escolas estaduais que estão sob a gestão do Projeto Somar, do governo do Estado, e que foram contratados pela Associação do Centro de Educação Tecnológica do Estado da Bahia – Ceteb –, tendo em vista os inúmeros relatos de irregularidades trabalhistas, como a ausência de quitação dos salários mensais, encargos salariais legais, falta de assinatura da CTPS dos trabalhadores, bem como outros problemas de natureza grave, como ausência de formação dos trabalhadores pela empresa contratante, má gestão, falta de organização na contratação de profissionais e contratação de profissionais não capacitados, entre outros. (MINAS GERAIS, 2022, p. 8).

Em janeiro de 2022 foi publicado o Edital SEE nº 01/2022 para a seleção de servidores de carreira do estado de MG, para atuarem como gestores escolares das três escolas

participantes do projeto. Segundo o Edital, os candidatos foram avaliados a partir de etapas de análise de currículo e entrevista; o item 4.6 define que:

4.6 - Compete ao Diretor de Escola nas atribuições de Gestão Compartilhada no Projeto SOMAR: [...] II - Desenvolver a gestão compartilhada e democrática com a Associação Centro de Educação Tecnológica do Estado da Bahia - CETEB na Unidade Escolar de sua responsabilidade; III - Remeter ao presidente da Associação Centro de Educação Tecnológica do Estado da Bahia - CETEB as demandas da Unidade Escolar para decisões e intervenções necessárias, não ocorrendo comprometimento no desenvolvimento das atividades escolares e administrativas da escola. IV - Ter conhecimento e apoiar o desenvolvimento da Associação Centro de Educação Tecnológica do Estado da Bahia - CETEB nas ações do Plano de Trabalho previstas no Termo de Colaboração da parceria do Projeto SOMAR. (MINAS GERAIS, 2022b)

Também foi publicado Edital CETEB nº 01, em 11 de janeiro de 2022 (CETEB, 2022), para contratação dos demais profissionais para atuarem nas funções de coordenação, professor e demais cargos administrativos e pedagógicos em escolas de Ensino Médio participantes do Projeto Somar. De acordo com o Edital, a contratação foi realizada pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), sem vínculo contratual efetivo com Governos das esferas Federal, Estaduais e Municipais.

Nas seções a seguir, serão apresentados os depoimentos dos professores efetivos que atuavam nas três escolas mineiras selecionadas para o Projeto Somar. Como já dito, os profissionais efetivos que atuavam nas escolas participantes foram removidos para outras instituições escolares, de acordo com a disponibilidade de vagas, e acompanharam o início da implantação do Projeto.

3. Implicações da implantação do Projeto Somar

A partir das informações obtidas e dados coletados nos sites da SEE-MG e do Sind-UTE, além das entrevistas, foi possível identificar que a implementação do Projeto Somar ocorreu ao longo de 2021 das seguintes etapas:

1. Os Editais de gestão compartilhada foram lançados para a contratação das empresas;
2. Em reunião com a SEE-MG, os diretores das três escolas foram informados a respeito do projeto;
3. A Associação CETEB foi selecionada, por meio de edital, para assumir a gestão das escolas;
4. O Projeto Somar foi apresentado nas escolas participantes em reunião com os profissionais que nelas atuavam;

5. Houve grande movimentação dos profissionais das escolas com o Sindicato (Sind-UTE) na tentativa de barrar o projeto;
6. Os Editais para a contratação de professores para atuarem em regime de CLT foram lançados;
7. Os professores efetivos das escolas selecionadas para o Projeto Somar foram remanejados para outras instituições escolares;
8. As três escolas começaram a funcionar sob a gestão da CETEB.

Para apreender as opiniões dos sujeitos envolvidos na experiência do Projeto Somar, foram entrevistados dois professores de cada uma das três escolas participantes da experiência piloto. A seguir serão apresentados os depoimentos dos professores das escolas participantes, organizados a partir dos seguintes eixos: a) participação/interlocução do sindicato e das escolas na elaboração e implementação do Projeto Somar; b) impactos no trabalho docente; e c) privatização da gestão das escolas e resistências ao Projeto Somar.

4.1. A participação do sindicato e das escolas na elaboração e implementação do Projeto Somar

O Projeto Somar foi anunciado pela SEE-MG durante a pandemia do Covid-19, período que dificultou o debate e movimentos de resistência à proposta. Diante do anúncio, o Sind-UTE/MG fez uma denúncia alegando que a proposta do Projeto Somar não havia sido discutida com os servidores e setores da educação, sendo elaborado e implantado em movimento de *top-down*, uma ação política implementada sem a participação dos profissionais da educação e da comunidade. Ainda de acordo com o sindicato, o Projeto Somar deveria ter sido uma construção coletiva e de forma democrática, consultando todos os atores da educação pública mineira.

A respeito da forma como o Projeto Somar foi implementado nas escolas, todos os entrevistados apontaram que tomaram conhecimento da participação de sua escola no Projeto Somar primeiramente pela mídia e que nunca foram consultados para a elaboração do mesmo:

Recebemos a notícia através do jornal! Assim, de repente a gente acorda e está lá a manchete no jornal do Estado de Minas falando que a nossa escola iria participar do projeto. Até então a gente não sabia de nada. Agora se a direção da escola já sabia ou não, é uma incógnita. Temos as nossas dúvidas, porque como que chega uma coisa dessa sem ninguém estar sabendo? (Entrevista – Professora 1, escola B).

Nós ficamos sabendo tudo pelo Diário Oficial e isso é muito importante falar, porque eles escolheram a comunidade escolar desse projeto e definiram um projeto sem nenhuma participação da direção, nem dos professores e da comunidade escolar. Nenhum projeto da educação pode ser implantado dessa forma precária, sem um estudo, sem se saber o que está acontecendo dentro da escola, sem ouvir a comunidade em si. Então, foi dessa forma que a gente ficou sabendo, através do jornal, no dia

Mundial da Educação. Depois dessa publicação fizeram uma reunião para nos informar aquilo que o jornal [Diário Oficial] já tinha dito e não serviu mais de nada (Entrevista – Professora 2, escola C).

Os depoimentos evidenciam que os profissionais da educação que atuam no “chão da escola” não foram consultados sobre a implementação do Projeto, cujo processo de elaboração não contou com a participação da categoria. Percebe-se que não houve reflexões sobre o Projeto Somar que, de acordo com a SEE-MG, foi apresentado como uma proposta para solucionar os problemas da educação. Sobre essa ausência de participação nos processos de decisão da gestão da escola, destaca-se a importância da autonomia e da participação como princípios intrínsecos à perspectiva da gestão democrática. Sobre esta perspectiva, Souza a define como um movimento político no qual “as pessoas que atuam na/sobre a escola identificam problemas, discutem, deliberam e planejam, encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola na busca da solução daqueles problemas” (2014, p. 124).

Vale ressaltar que o princípio “gestão democrática do ensino público”, regulamentado na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), foi desrespeitado por essa medida governamental, aproximando-se, na verdade, da perspectiva da gestão gerencial e dos interesses do mercado. A gestão gerencial apresenta novas relações entre o Estado e o mercado sendo que, no âmbito da educação, introduz diretrizes da gerência empresarial e da gestão do setor privado, na organização e na gestão da educação. Entende-se que o projeto tem uma característica neoliberal e gerencial, já que reduz o conceito de democratização “ao simples processo de delegação de tarefas, recentralização das decisões e controle de resultados [...] lógicas presentes no espaço escolar via projetos com prazos definidos a priori” (OLIVEIRA, 2017, p. 1).

Outro dado relevante é que, de acordo com os depoimentos dos profissionais entrevistados, nas reuniões realizadas para apresentar o projeto, a SEE-MG afirmou que as escolas foram escolhidas porque tinham baixos índices nos indicadores educacionais. De acordo com a professora 2 da escola (C),

A notícia chegou para a gente por meio de um jornal no dia 28 de abril, no dia Mundial da Educação. Então foi um baque muito grande entre os colegas. Aí nos deparamos com o edital pronto, com publicação no Diário Oficial e, a partir daí, nós já nos sentimos assim, como perdedores mesmo, porque não podíamos nem lutar. Não deram nem a oportunidade de lutar. [...] Assim como qualquer projeto educacional, precisa ter a comunidade junto, mas dessa vez ela não foi ouvida, os professores não foram ouvidos, os diretores. Então a escolha foi arbitrária, colocaram a nossa escola como uma dessas três para participar do Projeto Somar e até o sindicato não sabia (Entrevista – Professora 2, escola C).

Foi assustador receber essa notícia, por causa dessa falta de clareza, que eles não estavam falando tudo para gente. E como a ideia que eles passavam era de que a escola

tinha baixos índices nas avaliações externas, todo mundo se preocupou. Porque não era isso que estava acontecendo! A escola estava excelente! Estava em ascensão, tinha parceria com empresas, com a prefeitura, com políticos da cidade, com os pais. Estávamos conseguindo chegar em um nível bem legal da escola, por conta da equipe da escola que foi sendo formada. Para se ter uma ideia, essa escola passou a ser referência na cidade. Chegou em um ponto que todo mundo queria ir para lá! E aí quando chegam falando que a escola foi escolhida para ser parte de um projeto de terceirização porque ela é ruim, os professores se assustaram, porque não era isso que estava acontecendo na realidade dessa escola. E pensamos “poxa, quem veio aqui para saber? Não é isso que está acontecendo!” (Entrevista - Professor 1, escola A).

Percebe-se que o Projeto Somar se articula à lógica de *accountability* e de avaliação de resultados, presente nos exames externos, trazendo como desdobramento um processo de “autorresponsabilização” dos professores e de convencimento da melhoria de índices como justificativa para sua implementação, com os processos de privatização. A lógica predominante passa a ser definida em favor do mercado, tendo como justificativa sua suposta eficiência para administrar e gerenciar momentos de crise.

O professor 1 da escola A, que atuava na escola há 5 anos, avalia o Projeto Somar como uma ação arbitrária pois, desde o início, a SEE-MG informou que as escolas foram selecionadas a partir do critério de apresentarem baixo Ideb. No entanto, tais argumentos são questionados pelos professores que afirmaram em seus depoimentos que acreditam que as escolas foram selecionadas por estarem localizadas em regiões centrais, o que seria um atrativo para as empresas, como sinalizam os depoimentos:

[...] A escola estava em uma ascensão visível na cidade de Sabará. Então, será que a escolha seria mesmo pelos índices baixos? Porque nós temos outras escolas na região com índices bem menores do que nossa escola e elas não entraram nesse projeto. [...] Então a percepção dos profissionais foi: como foi escolhida nossa escola? Por que ela foi escolhida se ela estava em ascensão, se ela estava melhorando? Ela tinha um diretor fantástico auxiliando, fazendo projetos e melhorando o pedagógico. A impressão é que foi uma justificativa que não era real [...] consegui perceber que tinham algumas coisas e interesses ali que não estavam sendo falados. Foi essa a impressão que a gente tinha quando ele chegou e já foi implantado (Entrevista – Professor 1, escola A).

O nosso Ideb é 4.5. Tem escolas que o Ideb é 2.3. E essas escolas nem foram cogitadas. Mas o que acontece, a nossa escola fica numa região privilegiada de Belo Horizonte, fica na orla da lagoa da Pampulha, então são bairros estratégicos, bairros de classe média alta. Aí a escola tinha o perfil do aluno que esse projeto queria. Então essa justificativa que ele usa para fazer essa gestão compartilhada não é compatível com a realidade, não é plausível porque os nossos resultados não eram ruins (Entrevista – Professora 2, escola B).

O professor 1 da escola B afirmou que a escola era reconhecida, justamente, pelo diálogo e trabalho feito com as comunidades, universidades e instituições de pesquisa. À exemplo, falou de um estudante da instituição que foi selecionado para representar Minas Gerais no Fórum Global da Juventude no México, em 2018, a partir de um projeto desenvolvido na escola.

Quando questionados sobre a participação do Sindicato e dos professores na elaboração do projeto, os professores alegaram nunca terem sido consultados. Mas apontaram que, quando o Projeto Somar foi apresentado aos profissionais da educação nas escolas, o Sindicato agiu imediatamente na tentativa de suspendê-lo:

Então, tivemos o apoio de algumas pessoas do sindicato e também da deputada estadual Beatriz Cerqueira, que vinha com o sindicato para fazer algumas reuniões. Eles vieram como audiência pública porque era tudo gravado e filmado. [...] o sindicato e a deputada vieram para nos ajudar e fazer esse movimento contra o projeto. Mas [...] foi quando o projeto já estava definido [...] porque para os profissionais da escola ele chegou pronto (Entrevista – Professor 1, escola A).

Percebe-se nos relatos que a participação e a interlocução do sindicato e das escolas na elaboração e implementação do Projeto Somar foi nula, explicitando, assim, a forma autoritária como chegou no “chão das escolas”. O Projeto Somar aterrissa nas escolas como um pacote pré definido e com a promessa de resolver os problemas pedagógicos, sem nenhuma participação do professor, comprometendo a autonomia da escola e abrindo caminho para a influência do mercado nos rumos da educação pública. Os depoimentos mostram que o Projeto Somar chegou às escolas como é de costume no cenário brasileiro, como uma política realizada “pelo alto” e que a participação da escola e seus atores limitaram-se à atuação como simples espectadores. É possível antever os efeitos da forma como vem sendo conduzido esse Projeto Somar sobre o trabalho docente, o que será analisado a seguir.

4.2. Impactos no trabalho docente

Em relação aos impactos do Projeto Somar no trabalho docente, os professores apresentam o seguinte depoimento:

A partir do momento que eu recebi a notícia que bastava eu mudar de escola, mostrava que eu já não interessava mais para eles e isso gera muita desmotivação. [...] E você chega em outras escolas, qualquer informação que a gente fala sobre esse projeto gera um pânico nos professores, porque eles estão com medo de que a SEE-MG pegue mais escolas para colocar esse projeto. Então gera uma insegurança em toda classe, gera esse comportamento no professor porque ele vai trabalhar, mas está sempre esperando uma notícia ruim chegar e que vai mudar da vida dele. O Zema tratou todos os servidores como iguais, independente se eles tinham uma pós-graduação, mestrado, doutorado. Para ele, era todo mundo desinteressante e que não merecia estar no Estado como professor. Então, na verdade, entendemos que nos colocar nesse movimento é forçar um pedido de exoneração, para deixarmos o serviço público (Entrevista – Professora 2, escola B).

Nesse processo, os professores efetivos da escola começaram a ficar extremamente preocupados, pensando: “E aí? O que eu vou fazer? Para onde eu vou agora?” Então começaram a remanejar os professores que passaram naquela escola ali a vida toda e, de repente, foram remanejados para outra cidade, outro bairro, tudo muito distante. [...] um período muito difícil para nós, porque não foi fácil aceitar uma situação dessa,

pois sabíamos que a realidade da escola não era a que eles queriam que nós acreditássemos que era (Entrevista – Professor 1, escola A).

A professora 2 da escola A informou que atuava na escola há mais de dez anos quando, utilizando suas palavras, a “bomba do projeto explodiu”. Segundo ela, a SEE-MG convocou os diretores das escolas para uma reunião extraordinária no final de abril de 2021 e, durante essa reunião, eles foram informados que suas escolas fariam parte do Projeto Somar e que não poderiam continuar nas escolas, visto que a OSC que assumiria a gestão da escola contrataria outros professores em regime de CLT para assumir os encargos docentes. Assim, os professores efetivos seriam remanejados para outras escolas da circunscrição estadual.

A partir dessas considerações, é possível inferir que o remanejamento dos professores para outras escolas, sem o consentimento, explicita a forma como os profissionais são desvalorizados, sendo transformados em “peças” que podem ser removidas de acordo com o jogo de interesses políticos. Esse processo trouxe como desdobramentos a precarização do trabalho docente e desarticulando a luta dos/as trabalhadores/as da educação.

Vale ressaltar que o trabalho docente tem especificidades que precisam ser destacadas. Diferente do trabalho de quem produz mercadorias, o trabalho docente pode reiterar subordinações, ceder às pressões do mercado, mas pode, também, mediar interesses que vão na contramão dessas pressões e ao encontro dos interesses do trabalhador docente, considerando a educação como espaço contraditório. Nesse sentido, esse remanejamento dos profissionais efetivos pode ser interpretado como uma manobra para ajustar as escolas selecionadas para o início da privatização da gestão das escolas públicas iniciado com o Projeto Somar. A esse respeito, as professoras enfatizam,

Eu penso que, a partir do momento que eu desvalorizo o profissional que está na linha de frente da educação enfrentando diversos problemas no seu dia a dia, o que eu espero da educação? Eu espero que ela melhore? Por que se ele vai pagar menos, ele espera um profissional qualificado na linha de frente? E falar que esse projeto vai melhorar a qualidade da educação? Como? Se já começa pagando para esses professores, que foram contratados via CLT, muito menos do que um servidor público recebe. Ou seja, já remunera mal o professor e quer melhorar a educação? Se o professor vai trabalhar desmotivado, então é um ciclo, não faz sentido (Entrevista – Professora 1, escola B).

Nós fizemos lá na audiência um levantamento que a nossa classe é muito bem instruída para qualquer projeto. Tínhamos lá mestres, doutores, ou seja, não tinha nenhum professor que não tinha especialização, então era um professor que realmente buscava aperfeiçoar o melhor para os nossos alunos. E todos foram remanejados, sem considerar sua carreira docente (Entrevista – Professora 2, escola C).

Esses relatos destacam vários aspectos que afetam as condições do trabalho docente na escola pública e que tendem a aumentar com o Projeto Somar, que impõe de forma explícita a flexibilização do regime de contratação:

[...] pelo achatamento salarial; pela diminuição dos concursos públicos; pelo excesso de horas-aula; pelo grande número de alunos em sala; pelo não pagamento do piso salarial nacional; pela carência de plano de carreira; pela capilarização dos contratos temporários; pelas diretrizes curriculares; pelo neo gerencialismo escolar; pela articulação dos interesses internos e internacionais à formação e ao trabalho pedagógico; pelo pagamento da formação inicial e continuada em escolas de nível superior não universitárias e, lamentavelmente, pelo esvaziamento teórico-prático de sua formação na modalidade EAD (EVANGELISTA; SEKI; SOUZA, 2018, p. 5).

Esses aspectos trazem como desdobramentos para o trabalho docente uma reestruturação que impõe ao espaço escolar um formato de organização de acordo com a lógica capitalista, produzindo um movimento de subsunção do trabalhador docente à capital. Nesse tipo de modelo gerencial, os professores atuam como “alvos” do “bombardeio” contra a escola pública (EVANGELISTA; SEKI; SOUZA, 2018).

No contexto do Projeto Somar, o docente passa pela “violência simbólica e física contra ele, habitual no país, como o nível elevado de tensão face às perdas intermitentes que vêm sofrendo em termos de carreira, salários e condições de trabalho” (EVANGELISTA, 2016, p. 14).

Esse cenário se apresenta como terreno fértil para a precarização e a intensificação do trabalho docente, marcada por um processo de desvalorização social, política e econômica da profissão que acometeu o professor das escolas públicas pesquisadas.

4.3. Privatização da gestão das escolas e resistências ao Projeto Somar

A lógica de mercado vem sendo instalada na educação, conduzida pelo discurso de garantir a sua qualidade, por meio da concorrência do livre mercado. Sob a égide desse argumento, assiste-se a um aumento de propostas de privatização dos serviços públicos na área da educação, o que acaba por submeter à escola a lógica do mercado em todas suas dimensões.

Adrião (2018), em estudo sobre a privatização da educação básica, a partir de um mapeamento das pesquisas nacionais e internacionais no período de 1990-2014, sintetiza as formas de privatização da educação básica em três dimensões (gestão, oferta e currículo):

Quadro 2 – Dimensões e formas da privatização da Educação Básica

OFERTA EDUCACIONAL	GESTÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA	CURRÍCULO
<p>Financiamento público a organizações privadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Subsídio à oferta por meio de Convênios/contratos/termos de parcerias entre governos e organizações privadas; - Subsídio à demanda por meio de incentivos fiscais. <p>Oferta privada:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Escolas privadas com fins de lucro; - Tutoriais; - Aulas particulares. <p>Incentivos à escolha parental (subsídio à oferta):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Escolas privadas conveniadas ou sob contrato custeadas com fundos públicos (<i>Charter school</i>); - Bolsas de estudo (<i>Voucher</i>); - Educação domiciliar. 	<p>Privatização da gestão escolar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Transferência da gestão escolar para organizações com fins de lucro; - Transferência da gestão escolar para organizações sem fins de lucro; - Transferência da gestão escolar para cooperativas de trabalhadores e de país. <p>Privatização da gestão educacional pública</p> <ul style="list-style-type: none"> - Transferência da gestão do sistema educacional para organizações lucrativas por meio de PPPs; - Transferência da gestão do sistema educacional para organizações sem fins de lucro. 	<ul style="list-style-type: none"> - Compra ou adoção pelo poder público de desenhos curriculares elaborados pelo setor privado; - Compra ou adoção pelo poder público de tecnologias educacionais e demais insumos curriculares desenvolvidos pelo setor privado; - Compra ou adoção pelo poder público de Sistemas Privados de Ensino (SPE).

Fonte: Adrião (2018, p. 11).

O quadro apresenta uma síntese das facetas que a relação público-privada pode assumir, a depender de diferentes dimensões, sendo elas a oferta, a gestão e o currículo, mostrando diferentes estratégias de privatização da educação e que disputam os recursos públicos e “facilitam” a transferência desses fundos para o setor privado.

Adrião (2018) apresenta ainda que, na realidade brasileira, há muitos programas de bolsas de estudos para Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, assegurados pela Lei 9.394/96, como mecanismos de subsídio à oferta privada e a transferência da gestão da escola pública para setores privados, por meio de convênios, contratos ou Parcerias Público-Privadas (PPPs), especialmente a partir da regulamentação das Organizações Sociais (OS) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

Nessa dimensão, as instituições privadas associam-se às esferas governamentais por meio de contratos de gestão que firmam “parcerias público-privadas”, podendo essas instituições serem organizações privadas sem fins lucrativos ou organizações lucrativas.

Esses diferentes mecanismos de privatização da educação, em relação à dimensão da gestão, são analisados por Adrião (2018) como desdobramentos da Nova Gestão Pública (NGP)

ou gerencialismo. O gerencialismo apresenta novas relações entre o Estado e o mercado, em relação à concepção das políticas públicas. No caso da educação, introduz diretrizes advindas na gerência empresarial e da gestão do setor privado, na organização e na gestão da educação, impondo “soluções empresariais” para problemas educacionais. Nesse contexto, as agências internacionais de financiamento tiveram atuação efetiva na difusão desse novo modelo de gestão, exercendo forte influência nas agendas governamentais dos países em desenvolvimento, tanto pela concessão de empréstimos como pela abrangência de sua atuação, passando a defender diretrizes neoliberais de ajuste estrutural.

Freitas (2018) pondera que, de acordo com a lógica neoliberal gerencial, a organização empresarial apresenta-se como parâmetro de funcionamento desejável a ser seguido pela sociedade, um “modelo racional de organização” que deve nortear a prestação de serviços de saúde, educação, segurança etc. A partir desse parâmetro, o neoliberalismo assume como diretriz principal a privatização dos espaços institucionais do Estado, que também deve ser concebido como uma empresa. Dentre esses espaços institucionais, a educação não escapa e sofre, como efeito radical dessa diretriz, processos de privatização.

Essa dinâmica evidencia como a educação tem se tornado um nicho de mercado, sendo que programas, contratos e prestação de serviços na área de educação vêm sendo disputados por parcerias público-privadas, que diminuem cada vez mais as fronteiras entre público e privado, legitimando e naturalizando a participação do setor privado na esfera pública educacional, uma faceta da privatização.

Essa proposta de gestão compartilhada imposta pela SEE-MG por meio do Projeto Somar encaixa-se como uma forma de concessão especial do serviço público. A esse respeito, os professores afirmaram que

Em uma reunião com a Deputada Beatriz ela disse que o único interesse dessa empresa é o lucro, e essa palavra não sai da minha cabeça pois, é de fato a verdade. Independente dos índices educacionais, a única que vai sair lucrando nessa história é a empresa que assumiu a gestão dessas escolas. Então resumindo, esse projeto aí pra mim deveria chamar “Diminuir” e não “Somar”, porque de lucro quem vê é somente a empresa (Entrevista – Professor 1, escola C).

Então essa é a minha opinião para avaliação desse projeto, é um projeto que visa contemplar a classe empresarial dentro da educação, que não conseguiu ser bem sucedido no Rio de Janeiro e aqui em Minas, vindo do Partido NOVO, era a proposta que eles tinham para educação. O governador sempre falou que iria privatizar e entregar nossas instituições públicas para instituições privadas. E sabemos que o real objetivo das instituições privadas é o lucro (Entrevista – Professora 2, escola C).

De acordo com Peroni (2020), a noção dessa relação entre os setores público e privado faz parte de uma nova linguagem para a privatização da educação. Esse modelo de gestão tem

servido de justificativa para a presença de grupos corporativos, fundações empresariais e Organizações Não Governamentais (ONGs) na educação. Em relação às empresas privadas lucrativas, as parcerias são tidas como instrumentos de atração de investimento privado com vistas a “complementar” o financiamento público.

Observando as propostas e as ações desenvolvidas nas diferentes etapas do Projeto Somar, pode-se afirmar que o modelo segue fielmente a perspectiva do modelo de administração empresarial. Assim, as redes estaduais de ensino participantes do projeto são reorganizadas conforme a lógica da gestão privada, estrategicamente orientada para o cumprimento de metas de desempenho e para a obtenção de resultados, monitoradas por meio de avaliações externas de aprendizagem em larga escala, com evidente impacto sobre a organização do trabalho didático-pedagógico e sobre a gestão das instituições escolares. A esse respeito, a professora 2, escola C, conclui que,

Quero concluir dizendo que esse NOVO, na verdade, não tem nada de novo. É um novo travestido de liberais, que estão aí para destruir o que é público! A gente tá aí assistindo na mídia e nós, como servidores públicos, iremos lutar para que esse serviço continue público e de qualidade. Porque eles não nos trazem os projetos para desenvolver com os nossos alunos? Nós estamos abertos aos projetos, nós queremos que dê certo, nós queremos ver os nossos alunos na universidade. Assim como estávamos conseguindo espaço na educação com o aluno proveniente escola pública, de preferência negros, e entrando na sociedade e na faculdade, nós não queremos esse retrocesso. E acredito que a capacitação é muito importante para o profissional para que a gente consiga não a precarização para privatizar, que foi o que aconteceu nessa escola, o grande objetivo primeiro é precarizar! Vamos destruir, vamos fazer com que essas escolas sejam ruins para que a gente possa depois privatizar. Essa é a minha crítica a tudo isso (Entrevista – Professora 2, escola C).

Os depoimentos denunciam que a privatização da gestão das escolas vem sendo implementada pelo governo mineiro a partir de um discurso de preza pela qualidade, mas que na verdade oculta os reais interesses mercadológicos que sustentam as ações e programas. Esse processo passa a responsabilizar o professor e a escola, de forma isolada, pela má qualidade da educação. Além disso, essa busca por “melhores resultados” acaba acarretando constrangimento aos docentes, que, no caso do Projeto Somar, levou ao remanejamento dos professores para outras escolas, fato que reforça um movimento “autorresponsabilização” moral e individual pelo sucesso da escola. Esse processo de responsabilização assume a dimensão de culpabilização, no qual os professores têm sido os culpabilizados pelos resultados das avaliações externas. Na outra ponta, esse movimento apresenta um processo de desresponsabilização do Estado, ao transferir a gestão das escolas para as parcerias com o setor privado, alimentando um nicho de mercado no qual empresários passam a encontrar no Estado o seu principal consumidor.

Sobre os movimentos de resistência à implementação do Projeto Somar nas escolas, todos os professores entrevistados declararam que se movimentaram de todas as formas que podiam para barrar o projeto, mas que essas tentativas, infelizmente, não tiveram sucesso.

De acordo com a professora 2, da escola C,

Nós estávamos no período de pandemia, no ensino remoto. Então não tínhamos mobilidade para mobilizar a comunidade escolar. Estávamos totalmente desarmados e tínhamos somente as redes sociais. Mas, infelizmente, não tínhamos muito pelo que lutar e como protestar, porque as informações eram por meio de reuniões virtuais e as reuniões só vieram depois do edital ter sido publicado no Diário Oficial. Foi um golpe muito baixo mesmo! Não conseguimos nem lutar, pois, como iríamos lutar? Gente na rua durante a pandemia, durante o isolamento social? Sendo que o professor já tinha sido tão massacrado? Foi um ano tão difícil em 2021 para o professorado, as pessoas e o governo em si desvalorizando o professor, falando que ele não queria trabalhar. Então, sofremos muitos golpes! Mas houve tentativa de denúncia no Ministério Público para investigar esse Projeto Somar. Tem processo na justiça, mas enquanto isso acontecia, o edital já estava correndo e ninguém conseguiu barrar o edital (Entrevista – Professora 2, escola C).

A professora 2 da escola B afirmou: “Começamos a pressionar a Secretaria de Educação e eles fizeram uma reunião com a gente muito mais ou menos, só falando que ‘ia acontecer mesmo’ e que a gente teria que mudar mesmo, porque mudar faz parte do processo”.

Os depoimentos dos professores mostraram que, apesar de muitos não concordarem com o Projeto Somar, o movimento de oposição e resistência em si não representou uma potencialidade transformadora, considerando também o período pandêmico, que inviabilizou uma maior organização política da categoria. Por fim, vale destacar que esse cenário em que foi implantado o Projeto Somar eliminou os espaços de reflexão coletiva, fragilizou a organização política e corroe as possibilidades de luta e resistência.

Considerações finais

Este trabalho teve como objeto de investigação o Projeto Somar, como parte dos programas e ações no campo da educação no governo de Romeu Zema (2019-2022) que descaracterizam a educação pública de gestão pública e transferem a gestão da escola para uma organização social, em nome de “gestão compartilhada”.

Considerando esse recorte, ressalta-se nesse trabalho as políticas educacionais da educação básica brasileira que envolvem a relação entre o público e o privado, tendo como foco principal o estado de Minas Gerais. Ao longo desse estudo, analisou-se a gestão do governo Zema na pasta da educação e constatou-se que, de forma explícita, esse governo defende a privatização da educação, sob a lógica do Estado Mínimo, sem se preocupar com um direito social tão fundamental que é a educação.

De forma geral, esse modelo não é um caso isolado, pois é possível constatar esse tipo de privatização do público de várias formas: na concessão das escolas para o setor privado por meio da gestão compartilhada; nas parcerias com organizações sociais com ou sem fins lucrativos; ou na reorganização da escola pública no qual o privado define o currículo e a gestão das escolas. Esse processo de relacionamento entre os setores é uma parte constitutiva das mudanças sociais e econômicas, o que traz como desdobramento a mercadorização da educação.

As análises realizadas acerca do Projeto Somar mostram que essa experiência representa forte estratégia para o avanço do processo de privatização da educação mineira, como uma forma que o capital utiliza para avançar sobre serviços e direitos públicos. Embora a pesquisa não apresente dados e informações do processo de implementação no chão das escolas selecionadas após a transferência para a OSC (pois o projeto encontra-se em fase de implementação), as informações e os depoimentos dos sujeitos envolvidos diretamente apontam um desmonte dos direitos, acarretando em retrocessos para trabalhadores da educação, para os estudantes e para a rede estadual como um todo.

Os dados e análises mostram que esse modelo de gestão compartilhada se apresenta como um meio de enfraquecer a educação pública e de desvalorizar os educadores, além de representar um primeiro passo do projeto de privatização e de desresponsabilização do governo estadual sobre a educação. As circunstâncias descritas trazem grandes impactos para a categoria do magistério. Nesse contexto do Projeto Somar, o avanço do capital na educação pública mineira ataca a carreira docente de várias formas, seja pelo remanejamento de servidores ou pelo contrato temporário de professores pelo regime CLT. Em todos os casos, a categoria se torna refém dos interesses da reforma empresarial. Os depoimentos mostram que o Projeto Somar criou estratégias como o remanejamento de escolas e a ausência de debates, que levaram ao enfraquecimento dos trabalhadores docentes, subsumindo-os aos imperativos do mercado, trazendo efeitos devastadores para a categoria do trabalho docente.

Neste contexto, tudo indica que o estado de Minas Gerais busca, ao longo prazo, renegar seu dever constitucional da oferta educacional pública de qualidade. O capital privado avança sobre a educação por meio de parcerias com organizações sociais privadas. Se a educação era disponível para a população, agora é para seus consumidores. Nesse contexto, entende-se que a proposta do Projeto Somar se apresenta como um mecanismo de privatização da gestão escolar, anunciado pelo governo do estado sem qualquer diálogo com o sindicato ou com os profissionais das escolas envolvidas.

Ao longo das análises realizadas, percebe-se que o enfrentamento aos processos de privatização da educação em Minas Gerais exige resistências, fortalecidas com a problematização de evidências empíricas localmente produzidas e com acompanhamento de políticas e programas localmente implantados. Colaborar com a produção dessas evidências é o que se pretende com esse artigo.

Referências

- ADRIÃO, T. Dimensões e Formas da Privatização da Educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. *Currículo sem Fronteiras*, [s. l.], n. 1, jan. 2018.
- CÁSSIO, F.; GOULART, D. C. A implementação do Novo Ensino Médio nos estados: das promessas da reforma ao ensino médio nem-nem. *Retratos da Escola*, Brasília, v. 16, n. 35, p. 285-293, 2022.
- EVANGELISTA, O. Faces da tragédia docente no Brasil. In: *Seminário Internacional de la Red Estrado - Movimientos Pedagógicos y Trabajo Docente en tiempos de estandarización*. XI. Universidad Pedagógica Nacional. 2016.
- EVANGELISTA, O.; SEKI, A. K.; SOUZA, A. G. Formação docente no Brasil pós-2000: lances de um massacre intelectual. Florianópolis: UFSC, 2018.
- FONTES, V. Sociedade civil empresarial e a educação pública: qual democracia? In: *XXII Encontro Estadual do Sindicato dos Supervisores de Ensino do Magistério Oficial do Estado de São Paulo*. 2018.
- FREITAS, L. C. A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- LIMA, Antônio Bosco de; PRADO, Jeovandir Campos de; SHIMAMOTO, Simone Vieira de Melo. Gestão democrática, gestão gerencial e gestão compartilhada: novos nomes velhos rumos. In: ANPAE, Simpósio, 2011. Anais eletrônicos. Disponível em: <https://anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0069.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2023.
- MINAS GERAIS. Decreto nº 47.132, de 20 de janeiro de 2017. Regulamenta a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil. *Diário do Executivo*. Minas Gerais, 2017.
- MINAS GERAIS. Secretaria do Estado de Fazenda de Minas Gerais. Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI 2019-2030. Belo Horizonte, 2019.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE-MG). Projeto Somar. 2021a. Disponível em: <https://www2.educacao.mg.gov.br/mapa-do-site/cidadao/projetosomar>. Acesso em: 5 fev. 2022.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. Ata da 5ª reunião extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia na 4ª sessão legislativa ordinária da 19ª legislatura, em 16/3/2022. Diário do Legislativo, Belo Horizonte, p. 7-9, 23 mar. 2022.

MINAS GERAIS. Edital SEE Nº 01/2022, de 12 de janeiro de 2022. Processo de Seleção Diretores de Escola e Vice-Diretores de Escola - Gestão Compartilhada Projeto Somar. Diário do Executivo, Belo Horizonte, 13 jan. 2022b.

CETEB. Centro de Educação Tecnológica do Estado da Bahia, Organização da Sociedade Civil – OSC. Edital CETEB nº 01, em 11 de janeiro de 2022.

NOVO. Plano de Governo de Minas Gerais: liberdade ainda que tardia. Minas Gerais, 2018.

OLIVEIRA, N. C. M. A relação público privada na educação básica brasileira: as implicações do neogerencialismo como modelo de gestão. Margens, Abaetetuba, v. 11, n. 16, p. 57-67, junho de 2017. ISSN 1982-5374.

PERONI, V. M. V. Relação público-privado no contexto de neoconservadorismo no Brasil. Educação & Sociedade, Campinas, v. 41, 2020.

SOUZA, V. A. O plano de metas “compromisso todos pela educação”: desdobramentos na gestão educacional local e no trabalho docente. 2014. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

Autores

Lara Cristina Evaristo Rodrigues

Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Uberlândia
Especialização em Gestão Educacional e Projetos pela Faculdade Estratégica
Mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia
Doutoranda Educação pela Universidade Federal de Uberlândia
Professora da Educação Infantil no Colégio Mais Positivo
Assessora técnica da Revista Educação e Políticas em Debate - REPOD/UFU
laraevaristo2@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-4903-9574>

Vilma Aparecida de Souza

Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Uberlândia
Mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia
Doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia
Docente do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação (FACED/UFU)
Membro do Grupo de Pesquisa Polis - Políticas, Educação e Cidadania (UFU) e do
Grupo de Estudos e Pesquisa Política e Práticas em Educação Especial (GEPEPES-UFU)

vilmasouza@ufu.br

<https://orcid.org/0000-0001-9420-0908>

Como citar o artigo:

RODRIGUES. L. C. E.; SOUZA, V. A.. Projeto Somar y la privatización de la gestión de la educación pública en el estado de Minas Gerais, Brasil. **Revista Paradigma**, Vol. XLIV, Edição Temática Nro. 4: Políticas Educacionais em Tiempos de Mercantilización, Sept. de 2023 / 204 – 228. DOI: